

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Energia puxa inflação da baixa renda	2
Título: Governo derruba na Câmara MP do setor elétrico	3
Título: Crise reduz valor de ativos de petroleiras	4
Título: Eletrobras espera capitalização no início de 2021, diz presidente.....	6
Título: AES fecha compra de parque eólico no RN.....	7
Título: Braskem perde R\$ 2,47 bi no trimestre	8
Título: Odebrecht prevê US\$ 5 bi de pedidos ao final de 2021	9
Título: Investidor global define padrão de risco para mineradoras.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Medo da covid faz índios barrarem acesso a linhão	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Câmara deixa caducar MP que isentava conta de luz para baixa renda durante a pandemia	15
Título: Nascente	17
Título: Bolsonaro diz que Brasil fará ‘gesto concreto’ para ajudar Líbano	17
VEÍCULO: O Globo	19
Título: Enquanto isso...: Salles se reúne com garimpeiros e defende mineração em terras indígenas	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/08/2020****Seção: Brasil****Autor: Alessandra Saraiva — Do Rio****Título: Energia puxa inflação da baixa renda**

A inflação entre os mais pobres atingiu em julho maior patamar em seis meses, impulsionada por energia elétrica mais cara. É o que informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao anunciar o Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), que mede percepção de inflação entre famílias com ganhos até 2,5 salários mínimos mensais. O indicador acelerou de 0,33% em junho para 0,55% em julho, maior taxa desde janeiro (0,55%).

Para André Braz, economista da FGV, uma nova onda de aumentos nos preços dos alimentos, no segundo semestre, deve continuar a pressionar o IPC-C1. Ele não descarta que o indicador encerre o ano acima da média apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR), que abrange famílias com renda até 33 salários mínimos mensais.

Braz detalhou que, de junho para julho, a inflação do grupo Habitação, classe de despesa de maior peso na formação do IPC-C1 e que representa 25,37% do total do indicador, saltou de 0,07% para 0,90% de junho para julho. A tarifa de eletricidade residencial acelerou de -0,88% para 2,33%, de junho para julho, devido à reajustes autorizados pelo governo. Energia tem peso de 5,65% no IPC-C1, e foi responsável por 26% da alta do indicador no mês, acrescentou o técnico.

Outro aspecto que contribuiu para acelerar taxa do IPC-C1 no mês foi a gasolina 3,73% mais cara, em julho, devido a aumento recente anunciado no preço do produto, por parte da Petrobras.

Porém, o fato de energia elétrica pesar mais na cesta orçamentária das famílias mais pobres também fez que o IPC-CI ficasse acima do IPC-BR do mês, que subiu 0,49% em julho. Nesse último indicador, energia elétrica representa 3,91% do total.

A diferença de pesos entre as classes de despesa que compõem o IPC-CI e o IPC-BR também fará com que o primeiro indicador termine com taxa anual mais elevada do que o segundo. Isso porque há pressões de altas de alimentos, principalmente em carnes, que devem conduzir a novas acelerações no IPC-C1 nos próximos meses, alertou ele. O peso de Alimentos no IPC-C1 é de 23,42, e, no IPC-BR, de 19,3%. “De junho para julho, a alta nos preços de alimentos

desacelerou de 0,53% para 0,13%, mas isso foi alívio momentâneo da inflação dos alimentos”, disse Braz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2020

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Governo derruba na Câmara MP do setor elétrico

O governo conseguiu ontem derrubar a Medida Provisória (MP) 950, editada para socorrer o setor elétrico. O Executivo era contra as modificações feitas pelo relator na Câmara, que prorrogava a isenção da tarifa social da conta de luz e proibia o reajuste das tarifas de energia até o fim do ano, e por isso optou por deixar a proposta perder a validade, o que ocorrerá hoje.

Embora possa complicar a votação de outros projetos de interesse do Executivo, como a MP que alterou regras para compras e licitações durante a pandemia da covid-19, a decisão de tirar a MP de pauta visou evitar o desgaste político dos parlamentares aliados do governo, de votarem contra a proibição ao reajuste das contas de luz, e do próprio presidente Jair Bolsonaro de vetar as medidas caso aprovadas.

O relator, deputado Léo Moraes (Podemos-RO), fez várias alterações na MP que desagradaram ao governo. Ele propôs autorizar o governo a prorrogar a isenção da tarifa social da conta de luz, que ocorreu de abril a junho, por mais dois meses, proibir o reajuste das tarifas dos consumidores até 31 de dezembro e vetar o corte da energia dos inadimplentes.

O líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), disse que as mudanças levariam ao aumento da conta de luz e um desequilíbrio no orçamento das distribuidoras de energia. A isenção da tarifa social faria com que os outros consumidores tivessem que pagar cerca de R\$ 400 milhões a R\$ 450 milhões a mais. “O governo acredita que a prorrogação do auxílio emergencial por dois meses já alivia os consumidores de baixa renda”, afirmou.

Já a oposição criticou o requerimento e disse que isso prejudicaria a população mais carente, beneficiada pelo parecer do relator - que é pré-candidato a Prefeitura de Porto Velho e líder do Podemos. “Para nós é estranho o governo editar uma MP e agora pedir para que não seja votada. O que o governo tem que entender é que não vai governar por decreto. Se ele manda uma MP, ela vai ser debatida, alterada e votada”, disse a líder do PCdoB, deputada Perpétua Almeida (AC).

O governo foi acompanhado na votação pelos partidos mais alinhados ao Executivo, como PP, PL, Republicanos, PSL, PTB, PSD e PSC. MDB e DEM, que tem buscado votar de forma menos vinculada ao governo, num primeiro momento foram favoráveis à retirada de pauta, mas mudaram de ideia após o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reclamar de que isso travaria as demais votações do dia e que era melhor simplesmente rejeitar a medida provisória. Apesar dessa mudança, o requerimento foi aprovado por 244 votos a 232.

Com a retirada de pauta, porém, outras MPs e projetos de lei não puderam ser votados ontem. O mesmo tinha ocorrido no dia anterior, quando o governo decidiu derrubar a MP do saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por entender que as mudanças feitas pelos parlamentares - inclusive com aval do próprio governo no princípio - teriam um custo muito elevado e comprometeriam o fundo. O bate-cabeça do governo acabou levando à perda de validade da MP e será necessário votar um projeto de lei no lugar para manter a liberação do saque emergencial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Crise reduz valor de ativos de petroleiras

O choque dos preços do petróleo encolheu o valor dos ativos das petroleiras em pelo menos US\$ 70 bilhões no primeiro semestre. Levantamento do **Valor** mostra que ao menos dez grandes companhias reportaram baixas contábeis por perda no valor recuperável de seus ativos (*"impairment"*, na expressão em inglês) em seus balanços, após revisarem as premissas de preços da commodity para os próximos anos. A Petrobras foi a segunda empresa de petróleo que mais registrou perdas contábeis, de US\$ 13,4 bilhões, atrás apenas da Shell (US\$ 22,3 bilhões).

A crise atual do setor de petróleo foi desencadeada pela combinação de dois fatores: o colapso da demanda na pandemia da covid-19 e o quadro de sobreoferta da commodity, agravado pelas dificuldades de acordo entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+). Diante do cenário turbulento, as empresas correram para atualizar o valor justo de seus ativos, com base em novas projeções de preços para o petróleo. Embora nem todas as petroleiras adotem as mesmas normas contábeis, é consenso que os balanços das multinacionais da indústria indicam uma deterioração das perspectivas sobre a geração de caixa no futuro.

Para o chefe de pesquisa da área de exploração e produção de petróleo da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, o movimento generalizado de *"impairments"* na indústria petrolífera, este ano, é uma "clara sinalização" de mudança na percepção das companhias sobre os fundamentos do mercado no longo prazo.

"Isso também passa pelos compromissos de descarbonização das grandes petroleiras e como a transição energética vai reequilibrar o mercado. É uma clara sinalização de que a indústria está se transformando e as expectativas estão sendo realinhadas", comentou.

A BP, que reportou *"impairment"* de US\$ 12,6 bilhões, destacou que a pandemia ainda deve ter impacto duradouro sobre a economia global e que pode acelerar o ritmo da transição energética. A empresa anunciou, diante disso, que vai intensificar a sua reformulação para uma economia de baixo carbono. A britânica quer reduzir em 54% a produção de óleo e gás até 2030, para 1,5 milhão de barris/dia de óleo equivalente, e multiplicar por vinte a geração de energias renováveis até lá, para 50 gigawatts (GW).

Embora os *"impairments"* possam ser revertidos, caso a percepção sobre o futuro melhore, esse cenário, hoje, é pouco provável. A Bain & Company acredita que a atual crise se assemelha a um choque estrutural que estabelecerá um novo patamar de preços, mais baixos, em relação ao pré-crise.

A Petrobras reduziu de US\$ 65 para US\$ 50 a projeção para o barril do Brent, referência global, a longo prazo. "Imaginamos que essa recuperação [do mercado] virá em doses homeopáticas; ou melhor, passo a passo", disse a diretora financeira, Andrea Marques, em maio, na ocasião do anúncio do *"impairment"*. A expectativa da estatal é que o preço do barril fique em US\$ 25 em 2020, US\$ 30 em 2021 e US\$ 35 em 2022.

Os números mostram que a estatal brasileira, aliás, foi bem mais conservadora que seus pares globais nas projeções. BP, Eni e Galp, por exemplo, estimam em US\$ 40 o preço do Brent este ano. Para o longo prazo, BP, Shell e Galp projetam o barril a US\$ 60, enquanto a Equinor vê o barril a US\$ 80.

A Petrobras se antecipou ao mercado e foi a primeira grande petroleira a anunciar uma revisão profunda do valor de seus ativos. Para o coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep), Rodrigo Leão, isso ajuda a explicar o maior pessimismo da estatal, uma vez que a conjuntura de mercado no momento em que ela contabilizou os seu *"impairment"*, em maio, era mais incerta. Na ocasião, embora o Brent começasse a se recuperar, o choque de demanda ainda passava por um dos seus momentos mais críticos.

Segundo Leão, a perda de valor dos ativos pode contaminar também os desinvestimentos da companhia. “A Petrobras está dizendo que ativo vai gerar menos caixa, isso dá uma sinalização sobre precificação ao mercado”, argumenta.

Na lista de ativos da Petrobras que perderam valor, estão não apenas ativos de menor rentabilidade, como os campos em águas rasas, mas também concessões importantes da Bacia de Campos (Roncador, Marlim Sul e Albacora Leste) e até mesmo o pré-sal (Berbigão-Sururu). Shell e a Galp também citaram o Brasil nas suas baixas contábeis. A portuguesa contabilizou um “*impairment*” de 92 milhões de euros, refletindo sobretudo o menor potencial de descobertas na Bacia Potiguar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Eletrobras espera capitalização no início de 2021, diz presidente

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que imagina ser possível realizar a capitalização da companhia no começo do ano que vem, se o projeto de lei que autoriza o processo for aprovado no Congresso neste segundo semestre. Ele lembrou que a expectativa inicial era que o debate tivesse ocorrido no primeiro semestre, mas que a pandemia da covid-19 impôs uma nova agenda ao Legislativo, retardando a tramitação.

O executivo acredita que a retomada das discussões sobre a capitalização da estatal pode ganhar força, em meio à construção da agenda de recuperação econômica pós-pandemia. “Nossa expectativa é que, para que enfrentemos as consequências da pandemia, notadamente o incremento da dívida pública, tenhamos um grande número de privatizações, seja no nível federal quanto dos Estados. São ativos importantes que podem ser monetizados”, afirmou, durante evento online.

A expectativa do governo é aprovar, no segundo semestre, o projeto de lei que autoriza a desestatização da Eletrobras. **O Ministério de Minas e Energia** mantém conversas com o Congresso sobre alguns pontos do PL.

Essencialmente, a proposta é que seja feita uma chamada de capital, com aporte somente de acionistas privados, no valor de cerca de R\$ 14 bilhões. Segundo Ferreira Júnior, com essa operação, a fatia da União na companhia cairia dos atuais 63% para 49%.

O executivo comentou, no entanto, que, embora a União deva perder participação no capital da Eletrobras, ela poderá se beneficiar posteriormente com a valorização de suas ações na empresa e também com o recebimento da outorga pela ‘descotização’ das hidrelétricas - processo que permitirá à companhia fechar novos contratos para venda da energia de suas hidrelétricas em condições melhores. “O governo teria a possibilidade muito grande de o valor que detém na companhia praticamente duplicar, para além dos ganhos da outorga”, afirmou o executivo.

Ferreira Júnior defendeu que a capitalização é importante para que a empresa retome a sua capacidade de investimentos. A Eletrobras prevê investir cerca de R\$ 6 bilhões por ano até 2035, mas acredita que pode dobrar esse montante, se for privatizada. O novo plano estratégico da empresa para os próximos quinze anos prevê investimentos de R\$ 12,6 bilhões anuais, caso a capitalização da empresa avance.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: AES fecha compra de parque eólico no RN

Focada na expansão do portfólio renovável, a AES Tietê acabou de fechar a compra de um complexo eólico do Grupo J. Mallucelli no Rio Grande do Norte, por R\$ 650 milhões. Com capacidade de 187 megawatts (MW), o ativo já é operacional e ajudará a geradora a desenvolver um cluster eólico no estado, somando-se ao Projeto Cajuína, um “greenfield” de 1,1 gigawatt (GW) de potência. “A aquisição é nossa grande conquista do trimestre, vai adicionar muito valor à carteira. Os parques têm uma estabilidade de receita e trazem uma expertise dos ventos no estado”, disse ao **Valor** Ítalo de Freitas, presidente.

Os novos ativos no Rio Grande do Norte têm toda sua energia comercializada no mercado regulado (ACR) por meio de um leilão de reserva. Os R\$ 650 milhões da transação envolvem, além do valor dos parques, a assunção da dívida líquida do projeto, cujo saldo estimado é de R\$ 201 milhões. A aquisição será financiada por meio da capacidade de endividamento adicional da companhia.

A estratégia para o novo cluster eólico é semelhante à aplicada na Bahia, onde a AES fez a aquisição do parque Alto Sertão II e depois iniciou o Projeto Tucano, que já tem cerca de 250 MW em desenvolvimento e potencial para dobrar essa capacidade.

A companhia segue monitorando o mercado de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) e, em paralelo, busca clientes para completar a carteira de Tucano - há dois acordos fechados, com Unipar Carbocloro e Anglo American - e para Cajuína, que ainda não tem contratos firmados. Segundo Freitas, o mercado está “muito promissor” tanto para PPAs (acordos de compra de energia) corporativos, quanto para a modalidade de autoprodução, na qual o cliente entra como sócio dos empreendimento junto com a geradora.

A AES Tietê divulgou ontem seus resultados do segundo trimestre. Entre abril e junho, a companhia obteve um lucro líquido de R\$ 119 milhões, cifra 235,7% maior que a registrada um ano antes. No mesmo período, o Ebitda atingiu R\$ 275,6 milhões, alta de 21,8%, enquanto a receita líquida somou R\$ 475,2 milhões, queda de 2%.

O presidente da geradora atribui o desempenho do período à boa performance dos ativos hídricos, eólicos e solares e ao controle de custos: no trimestre, houve queda de 0,7% dos custos e despesas operacionais, para R\$ 87,2 milhões. Também contribuiu para os números a nova mesa de trading de energia, que deve ganhar mais relevância com o tempo, afirma o executivo.

Freitas destaca ainda que a pandemia não teve impacto material sobre os números da companhia no período. “Vemos agora o resultado do nosso investimento em risco de contraparte. Não tivemos nenhum ‘default’ que deixasse a empresa em situação complicada. Recebemos pedidos para postergação de pagamentos no começo da pandemia, mas muitos não foram para frente.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem perde R\$ 2,47 bi no trimestre

A Braskem encerrou o segundo trimestre com prejuízo líquido de R\$ 2,47 bilhões, decorrente sobretudo da provisão adicional de R\$ 1,6 bilhão para enfrentar problema da mineração de sal-gema em Alagoas e do impacto negativo da desvalorização cambial em dívidas que totalizam US\$ 2,8 bilhões. Do lado operacional, a pandemia de covid-19 afetou a demanda de produtos petroquímicos e o desempenho da companhia acabou prejudicado.

De abril a junho, a petroquímica teve resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recorrente de R\$ 1,7 bilhão, com alta de 26% frente ao primeiro trimestre e de 2% na comparação anual, beneficiado

pelo câmbio. Em dólar, o Ebitda caiu 25% na comparação anual, para US\$ 310 milhões. A receita líquida, por sua vez, totalizou R\$ 11,2 bilhões, com baixa de 11%.

“Estamos trabalhando num contexto desafiador com a situação da pandemia, mas focados sobretudo na segurança das pessoas e de atendermos as demandas de nossos clientes”, diz em nota o presidente da Braskem, Roberto Simões. “Estamos mantendo nossas plantas industriais operando e continuamos nos preparando para uma retomada econômica nos mercados que atuamos”, acrescenta.

Durante a pandemia, as taxas de utilização das fábricas da Braskem no Brasil e nos Estados Unidos foram temporariamente reduzidas, diante da queda na demanda e do consumo de estoques na cadeia de plásticos. Em maio, a carga das centrais petroquímicas no país foi reduzida a 64% da capacidade nominal. Em junho, a taxa já havia sido elevada para 75%. Nos Estados Unidos, a taxa de utilização foi reduzida a 85%, retornando aos níveis normais em junho, o que resultou em carga média de 90% no trimestre.

Em junho, a Braskem assinou novos contratos de fornecimento de nafta com a Petrobras para as unidades na Bahia e no Rio Grande do Sul. Com prazo de cinco anos, os acordos preveem entrega mínima anual de 650 mil toneladas da matéria-prima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata e Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Odebrecht prevê US\$ 5 bi de pedidos ao final de 2021

A Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), empresa que deu origem ao grupo Odebrecht, planeja ampliar sua carteira de projetos para US\$ 5 bilhões até o fim de 2021. Nos últimos anos, a construtora viu seu estoque de obras despencar ano a ano, chegando a um patamar de US\$ 3,4 bilhões ao fim de 2019 - cerca de 10% do tamanho de 2014.

Agora, a meta é voltar a crescer, afirma o novo presidente da empresa, Marco Siqueira. “Queremos expandir, com qualidade, a partir de 2021. Se vamos dar passos mais lentos ou correr, vai depender da demanda”, disse o executivo, em conversa com o **Valor**.

A atual crise econômica tem postergado algumas oportunidades, mas a OEC conseguiu, nos últimos 90 dias, fechar quatro novos contratos, três deles no Brasil e um no Peru. Os projetos locais somam R\$ 400 milhões (equivalentes a

US\$ 75 milhões na cotação atual). Mas podem atingir R\$ 1 bilhão, se a empresa garantir outras fases de uma das obras desse pacote, segundo Siqueira.

O mercado potencial de projetos que a OEC visualiza para adicionar novos contratos à carteira, no Brasil e exterior, até o fim de 2021, é estimado em US\$ 5,8 bilhões, informou a companhia.

No alvo da construtora, estão projetos de geração e transmissão de energia, de descomissionamento de plataformas de petróleo, obras em estradas, de saneamento básico e industriais. Um dos desafios será conquistar empreendimentos com maior grau de complexidade, onde a Odebrecht conseguiria se diferenciar e ter margens maiores.

“Não acreditamos que faltarão obras, nem em número, nem em porte. Mas, na engenharia, em geral, há aquela regra de que 80% da receita vem de 20% dos contratos, isso já se aplicava no passado. Então cabe a nós sermos assertivos [na escolha de projetos]”, afirma Siqueira, que assumiu o cargo na OEC há dois meses. Ele veio de outra empresa do grupo, a OR (de incorporadora imobiliária).

Outra diferença na atuação da OEC daqui para frente será o foco em clientes privados - tanto indústrias quanto concessionárias privadas de infraestrutura.

“Queremos ser parceiros de EPC [engenharia, aquisição e construção, na sigla em inglês] de investidores. As concessionárias em geral vencem o leilão já com alguma visão de quem será o parceiro técnico. Queremos nos posicionar como prestadores de serviço”, afirma. A OEC, diz ele, já tem parcerias estruturadas para obras de usinas de geração térmica e de rodovias, mas a realização dos projetos ainda depende do resultado de leilões.

No setor de energia, o governo postergou duas licitações para contratar térmicas, que teriam ocorrido no primeiro semestre, mas que foram desmarcadas em virtude da pandemia - ainda não há uma definição de nova data. Em rodovias, há diversos leilões federais e estaduais previstos até o fim de 2021, mas Siqueira preferiu não especificar em quais projetos a empresa poderá atuar.

O mercado internacional - que já chegou a representar 80% da receita da construtora e historicamente se mostrou mais rentável que o brasileiro - não deverá voltar a ter o mesmo peso do passado. A meta é um equilíbrio de 50%-50% entre contratos no Brasil e no exterior. Hoje, são quatro os mercados-alvo: Peru (em energia e estradas); Panamá (mobilidade e estradas); República Dominicana (energia); e Angola (energia, rodovias e saneamento).

Nesses países, já foram firmados acordos com as autoridades, e a empresa avalia que há segurança jurídica para a atuação. Em outros países ainda há

pendências de projetos passados. Por exemplo, a Colômbia, um dos mercados no qual a Odebrecht gostaria de atuar, mas não conseguiu um acordo com o governo.

Siqueira reconhece que o dano na imagem da Odebrecht - decorrente das irregularidades reveladas pela Operação Lava-Jato - ainda prejudica o fechamento de negócios e gera questionamentos de potenciais parceiros, mas avalia que a capacidade técnica da construtora e a estruturação de uma política de governança e compliance rígidas são fatores levados em consideração no mercado. “Não estou dizendo que não tenhamos dificuldade, mas quando nos é dada a oportunidade, mostramos como a empresa está moldando seu futuro”, afirma o presidente da OEC.

No ano passado, a OEC teve receita líquida de R\$ 5,16 bilhões, com queda de 27,4% em relação a 2018. Os projetos estrangeiros representaram 85% de todo o faturamento do ano, especialmente as obras em Angola e no Panamá. O Brasil respondeu por apenas 15% do valor. O prejuízo anual da empresa foi de R\$ 14,5 bilhões.

Apesar dos resultados negativos, a construtora ganhou um importante alívio financeiro de quatro anos para o pagamento de suas dívidas. Na última sexta-feira (31), a OEC conseguiu a aprovação de mais de 60% de seus credores para renegociar US\$ 3,3 bilhões em bônus internacionais.

A reestruturação permitiu um corte de 55% no valor da dívida, com a mesma taxa de juros, e um prazo adicional de quatro anos e meio para o pagamento. Os bônus, que estão divididos em sete séries, têm diferentes prazos de vencimento. Com a renegociação, o primeiro deles, no valor de US\$ 45 milhões, deverá ser pago a partir de outubro de 2024.

Agora, a companhia deverá homologar esse acordo na Justiça brasileira por meio de uma recuperação extrajudicial e, então, implementar as medidas previstas no acordo - como o cancelamento dos títulos antigos e a geração de novos, sob as condições negociadas. A expectativa é que esse processo demore, no máximo, quatro meses: dois para a homologação e mais dois para a instrumentalização do acordo, explicou o diretor financeiro, Felipe Jens.

Até lá, a dívida financeira da empresa soma US\$ 40 milhões com o Banco do Brasil (2023) e US\$ 23 milhões de compromissos de capital de giro em Angola, disse Jens.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/08/2020****Seção: Finanças****Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo****Título: Investidor global define padrão de risco para mineradoras**

Um grupo de cem grandes investidores globais com US\$ 13 trilhões em ativos sob gestão e liderado pelos conselhos dos fundos de pensão da Igreja da Inglaterra e dos fundos nacionais de pensão da Suécia acendeu os holofotes sobre a indústria da mineração. Ontem foi lançado um padrão de design, segurança, responsabilidade e governança de barragens de rejeitos considerado um marco histórico no setor. O recado dos investidores é claro: as empresas que não se enquadrarem serão consideradas investimentos de risco.

O estopim para este movimento foram as tragédias de Brumadinho em 25 de janeiro de 2019 em mina da Vale, que deixou 259 mortos e 11 desaparecidos, e a de Mariana, em novembro de 2015, com rompimento de barragem da Samarco, controlada pela mineradora anglo-australiana BHP Billiton e pela Vale. O desastre matou 19 pessoas e causou um dos maiores danos ambientais da história do país.

“O desastre de Brumadinho não poderia ter acontecido”, disse em entrevista ao **Valor** Adam Matthews, diretor de ética e engajamento da equipe de investimentos do Conselho de Pensões da Igreja da Inglaterra que administra vários fundos de investimentos e garante recursos para 40 mil aposentados e futuros beneficiários.

Depois de Brumadinho, a Igreja Anglicana vendeu seus ativos na Vale e introduziu uma “exclusão ética” para novos investimentos, afirma Matthews, sem, contudo, informar o valor.

As normas publicadas não são obrigatórias e não incluem penalidades às empresas que não aderirem. “Mas uma empresa que não adotar o padrão irá representar risco significativo e urgente para qualquer investidor ou banco. Suspeito que os conselhos das empresas entenderão isso”, diz.

A urgência em implementar as regras contidas no “Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos”, adianta ele, se relaciona ao crescimento previsto no volume de rejeitos. “O volume de rejeitos de mineração armazenados em instalações publicamente conhecidas deve aumentar 25% nos próximos cinco anos”, estima.

O Padrão Global foi uma iniciativa conjunta do Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), que têm US\$ 103,4 trilhões em ativos sob

gestão e onde se engajam a Igreja Anglicana e os fundos suecos. Outra frente é o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), entidade que reúne as grandes empresas do setor. As normas ambientais vêm sendo costuradas desde março de 2019 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A intenção é promover boas práticas na indústria da mineração e integrar considerações técnicas, sociais, ambientais e de economia local olhando para todo o ciclo da produção de rejeitos, desde a escolha do local da mina ao design e construção, passando pelo manejo e monitoramento, fechamento e pós-fechamento das instalações, resumiu o biólogo Bruno Oberle, ex-ministro do Meio Ambiente da Suíça e líder da iniciativa.

Ontem, em webinar de lançamento, Oberle resumiu as 200 páginas dos novos padrões do manejo de rejeitos. Estão divididos em seis tópicos. Os dois primeiros tratam das comunidades afetadas e da base integrada de conhecimentos. O terceiro fala do projeto, construção, operação e monitoramento das estruturas de disposição de rejeitos. Depois vêm gestão e governança, resposta às emergências e recuperação de longo prazo. E, por fim, a divulgação pública e o acesso à informação.

Em posicionamento, a Vale disse apoiar as normas “cujo propósito é aumentar ainda mais a segurança em todas as fases do ciclo de existência das barragens de mineração. Como membro do ICMM, a empresa implementará as recomendações do novo padrão, seguindo os prazos estabelecidos”. Informou, ainda, que “essas medidas serão incorporadas ao conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas pela empresa desde o rompimento da barragem em Brumadinho”. A empresa citou algumas das medidas de “melhora contínua na governança em segurança e gerenciamento de riscos” e o compromisso de “ampliar a eficiência dos processos e manter a gestão das barragens em permanente alinhamento e atualização com as práticas internacionais”. Foi implementada “a função do Engenheiro de Registro, como etapa adicional para fortalecer a governança do sistema de gerenciamento de rejeitos da companhia”.

Em 2019, diz a Vale, os investimentos em gestão de barragens atingiram US\$ 102 milhões, representando aumento de 67% em relação a 2018. A Vale opera hoje 62 instalações de rejeitos, sendo 17 fora do Brasil. A empresa está descaracterizando todas as barragens a montante que estavam inativas.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que integra o ICMM, disse em nota ter participado dos debates de criação dos padrões e que “irá agir junto às mineradoras associadas para que adotem esta orientação internacional”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/08/2020****Seção: Economia****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Medo da covid faz índios barrarem acesso a linha**

Leiloadada em 2011, rede de energia em Roraima ainda não tem licenciamento ambiental; atraso custa R\$ 133 mi a consumidores

No dia 29 de junho, quando o Brasil se aproximava de 60 mil mortos pela covid-19 e já ultrapassava 1,3 milhão de pessoas infectadas, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier, mandou carta aos índios Waimiri Atroari, de Roraima, afirmando que compreendia a necessidade de isolamento imposta pela doença, mas que não podia mais esperar o surto passar e que sua equipe tinha de entrar na terra indígena. O presidente da Funai – que, nove dias depois, contrairia covid-19 – argumentou que os índios tinham de permitir a entrada de funcionários nas aldeias para dar continuidade ao licenciamento ambiental da linha de energia que pretende ligar Manaus (AM) a Boa Vista (RR).

Seu objetivo era enviar tradutores do estudo de impacto ambiental para dentro da terra indígena, para que o material fosse traduzido para a língua dos Waimiri. A resposta dos índios, porém, foi negativa e a vistoria não pôde ser realizada. Roraima é hoje o único Estado do Brasil que não está conectado ao sistema interligado de transmissão de energia, e o presidente Jair Bolsonaro cobra a liberação da obra desde que entrou no Palácio do Planalto. Também o **ministro de Minas Energia, Bento Albuquerque**, já declarou várias vezes que a obra iria começar, mas a autorização não saiu até hoje. Leiloadada em setembro de 2011, a linha de transmissão Manaus- Boa Vista tinha prazo de três anos para ficar pronta, com entrada em operação prevista para janeiro de 2015.

O impasse sobre a questão indígena, no entanto, paralisou o empreendimento, que corta a terra demarcada dos Waimiri. Do total de 721 quilômetros do traçado previsto para ser erguido ao lado da BR-174 (rodovia que liga as duas capitais), 125 quilômetros passam dentro da terra indígena, onde vivem mais de 2,1 mil índios em 56 aldeias. Os povos indígenas não são contra o projeto, mas exigem que sejam consultados e que tenham seus pedidos atendidos por causa dos impactos ambientais. Em julho do ano passado, a concessionária Transnorte Energia, que venceu o leilão da linha, chegou a apresentar um pacote de indenizações no valor de R\$ 49,635 milhões.

No estudo, a empresa afirmava que tinha identificado 37 impactos da obra nas terras indígenas. Havia ainda outros 27 impactos considerados irreversíveis, com reflexo constante à população indígena. Não houve avanço para a

conclusão do processo. ‘Alternativas’. Na carta a qual o Estadão teve acesso, o presidente da Funai admite que “a intenção inicial era de que se aguardasse o fim da pandemia para dar início aos trabalhos de tradução”. No entanto, prossegue, “deve-se levar em consideração que, diante da incerteza do prazo para o fim da pandemia, estamos buscando novas alternativas para podermos dar continuidade aos trabalhos”.

Xavier destacou ainda que a ausência da linha, conforme apontado pelo governo em relatório do Tribunal de Contas da União, custava R\$ 133 milhões por mês ao consumidor de energia de todo o País, porque Roraima tinha de ser iluminada com usinas térmicas locais, movidas a óleo, que são mais caras. A resposta dos índios chegou no dia 24 de julho. Também em carta, o presidente da Associação Comunidade Waimiri Atroari, Mario Parwe Atroari, deixa claro que não abrirá mão do isolamento social. “Não vemos novas alternativas eficientes que impeçam essa doença de chegar à terra indígena Waimiri Atroari, senão o isolamento social e respeito à quarentena.” Procurada, a Funai disse em nota que “está atendendo a todos os protocolos de consulta sem colocar os indígenas em situação de risco e buscando não interromper o diálogo com a etnia”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Isabella Macedo e Danielle Brant - Brasília

Título: Câmara deixa caducar MP que isentava conta de luz para baixa renda durante a pandemia

Em nova vitória do governo, a Câmara deixou caducar a medida provisória que isentava consumidores de baixa renda da conta de luz até o fim de julho por causa da pandemia da Covid-19.

Diante dos impactos financeiros da isenção da conta por mais dois meses, o governo decidiu não votar a matéria. O benefício valeu por três meses.

A proibição de reajuste na conta de luz criaria problemas de isonomia sobre reajustes já aplicados por outras empresas, o que também preocupa o governo. A estratégia ainda protegeu os aliados de marcar um voto contrário a uma medida social.

Prestes a vencer — a MP perdeu a validade nesta quarta-feira (5) —, o governo apresentou pedido de retirada de pauta para que não fosse votada e caducasse.

O requerimento venceu em votação apertada. Foram 244 votos a favor da retirada e 232 contrários. Dois deputados se abstiveram.

É o segundo dia seguido em que o governo utiliza a tática para evitar votação de uma MP. Na terça (4), o governo conseguiu impedir que o texto que liberava o saque de R\$ 1.045 das contas do FGTS fosse votado em plenário.

Originalmente, a MP garantia que o governo subsidiasse as contas de consumidores de baixa renda entre 1º de abril e 30 de junho. O subsídio tinha impacto de R\$ 900 milhões.

Cerca de 9,5 milhões de inscritos no programa da Tarifa Social que consumiam menos de 220 kWh (quilowatts-hora) por mês foram beneficiados com a medida durante os 90 dias.

Mesmo com a MP ainda em vigor, o subsídio perdeu o efeito no fim de junho. Sem a prorrogação, os consumidores que não conseguissem pagar a conta não poderiam ter o fornecimento interrompido durante o mês de julho.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) já havia prorrogado a proibição de cortes de energia elétrica por inadimplência até 31 de julho. A dívida, no entanto, será cobrada após o fim da pandemia.

O relator da MP deputado Léo Moraes (Podemos-RO), afirmou que as alterações no texto atenuariam os impactos sofridos pela população por causa da pandemia.

Seu texto permitia que a conta de luz desses consumidores de baixa renda não fosse cobrada até o fim de agosto, mantendo o subsídio do governo por mais dois meses.

O relator também havia incluído no texto a proibição do reajuste de tarifas das contas de energia até o fim do decreto de calamidade pública no país. Para isso, Moraes apresentou uma previsão de orçamento de R\$ 3 bilhões usando o Fundo de Energia Elétrica.

Segundo o líder do governo na Câmara, Vitor Hugo (PSL-GO), o governo compreendeu que a proibição ao reajuste iria recair no valor da conta de luz de todos os consumidores a partir do ano que vem. O deputado disse que o governo também considera uma “quebra de isonomia” com outras 28 empresas pelo país que já fizeram reajustes em suas tarifas.

“Eu tenho aqui uma relação preparada pelo **Ministério das Minas e Energia** com 28 concessionárias que já realizaram reajustes no âmbito do nosso país. E conceder então a suspensão de reajuste até dezembro de 2020 para as outras concessionárias que ainda não concederam o reajuste seria, na nossa visão, uma quebra da isonomia.”

Vitor Hugo também afirmou que a prorrogação do auxílio de R\$ 600 “contribuiu para amenizar os impactos da crise sobre a população”.

Léo Moraes discordou das afirmações do líder do governo e disse que Vitor Hugo não comunicou ao ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que a medida caducaria. Ele reclamou que a medida foi amplamente discutida para encontrar um ponto comum para ser aprovada.

“Nós estamos debatendo isso há várias e várias semanas com todos os atores, com o setor produtivo, com as distribuidoras, com os servidores eletricitários, para encontrar um denominador comum.”

Ele também contestou as afirmações de que a população seria onerada caso a proibição do reajuste até dezembro fosse aprovada.

“A equipe do Ministério de Minas e Energia participou dos eventos. Então foi tudo muito aprofundado, discutido com cautela, para não trazer prejuízos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Nascente

PAINEL S.A.

Marcos Penido, secretário do Meio Ambiente de São Paulo, e Francisco Loducca, superintendente do DAEE (Departamento de Águas e Energia), assinaram nesta quarta, em Amparo, a ordem de serviço para a construção da barragem de Duas Pontes, no rio Camanducaia, com investimento de R\$ 271 milhões para o reservatório.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/08/2020

Seção: Mundo

Autor: Daniel Carvalho

Título: Bolsonaro diz que Brasil fará ‘gesto concreto’ para ajudar Líbano

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quarta (5) que o governo brasileiro fará “gesto concreto” para ajudar os libaneses após grande explosão na zona portuária de Beirute na terça (4).

“O Brasil vai fazer mais que um gesto, algo concreto para atender em parte aquelas pessoas que estão numa situação complicada”, disse o presidente, que manifestou seus sentimentos à população libanesa.

Ao deixar a cerimônia no **Ministério de Minas e Energia** em que discursou, Bolsonaro afirmou que, além da embaixada do Líbano no Brasil, está conversando com a comunidade libanesa em São Paulo. “Eles têm como melhor dizer o que precisam e o que podemos atender.”

Bolsonaro citou como exemplo a possibilidade de disponibilizar um KC-390, o maior cargueiro da Força Aérea Brasileira — capaz de transportar 26 toneladas de carga, além de tropas (80 soldados ou 66 paraquedistas), paletes, veículos blindados e helicópteros.

Sobre a situação dos brasileiros no Líbano, o presidente reiterou informação que o Itamaraty havia dado no dia anterior, de que não há feridos com gravidade.

A esposa do adido da defesa no país teve ferimentos leves e está hospitalizada desde terça, mas passa bem, segundo o ministério.

A pasta informou que a embaixada brasileira, no centro de Beirute, foi duramente atingida, mas não teve danos estruturais.

“As salas voltadas para o local da explosão foram mais afetadas, com janelas estilhaçadas, desabamento do forro do teto, mobília e computadores seriamente danificados. Escritórios voltados para a cidade foram poupados.”

Internet, eletricidade e água estão funcionando normalmente e os veículos oficiais não foram afetados.

O Centro Cultural Brasil-Líbano, no bairro de Achrafieh, próximo ao porto, teve fachada, portas e janelas seriamente danificadas. O setor consular, situado em bairro mais distante, não sofreu danos substanciais.

A maioria dos membros do corpo diplomático reside em Achrafieh e em seus arredores. Hoje há 53 pessoas que trabalham na representação brasileira.

Na força especial da Marinha que opera no Líbano, servem aproximadamente 200 militares. “Por coincidência, ontem [terça], nossa fragata havia se deslocado para aproximadamente 10 km mar adentro e horas depois aconteceu esse episódio”, disse Bolsonaro.

A fragata Independência deixou o porto de Beirute por volta das 9h da terça (3h em Brasília), para mais um dia de patrulha regular.

Às 18h30 (12h30 em Brasília), a tripulação testemunhou a gigantesca explosão, de um ponto a cerca de 15 km do porto.

O navio é a nau capitânia da Força-Tarefa Marítima da Unifil (Força Interina das Nações Unidas no Líbano), estabelecida em 2011 com comando brasileiro.

A frota tem outros cinco navios, de Alemanha, Grécia, Indonésia, Turquia e Bangladesh — este último estava no porto na hora da explosão; a Unifil afirma que há vários feridos graves.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/08/2020

Seção: O País

Autor: LEANDRO PRAZERES

Título: Enquanto isso...: Salles se reúne com garimpeiros e defende mineração em terras indígenas

No dia em que o STF definiu que o governo deve proteger terras indígenas com barreiras sanitárias e expulsar invasores, e em meio a ações de combate à mineração ilegal na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, viajou a Jacareacanga, no Oeste do Pará, e se reuniu ontem com garimpeiros e indígenas favoráveis a esse tipo de exploração das terras. O ministro deu apoio a essa visão.

—É importante que a gente faça esse debate de maneira aberta. Parem de fazer de conta de que os indígenas não querem garimpar ou produzir lavoura, ou que não querem fazer atividades ligadas ao setor madeireiro florestal como se isso fosse verdade absoluta—disse Salles.

Em vídeos obtidos pelo GLOBO, indígenas da etnia Munduruku que atuam em garimpos clandestinos na região cobraram Salles para que ele suspendesse a operação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no local.

Fiscais do Ibama têm destruído equipamentos e desmontando garimpos na região, que é conhecida como um dos principais polos de mineração ilegal do país. A atuação do Ibama irritou garimpeiros, que chegaram a ocupar a pista do aeroporto de Jacareacanga em protesto.

Salles chegou a Jacareacanga ontem e a viagem não estava prevista em sua agenda oficial. Procurada, a assessoria do Ministério disse não saber da viagem.

Nos vídeos, garimpeiros que se autodeclararam indígenas da etnia Munduruku cobraram o fim das operações na região. Um garimpeiro diz que o governo

havia se comprometido com a categoria e prometido que não haveria mais queima de maquinário.

O governo já enviou um projeto de lei ao Congresso para regulamentar a mineração em terras indígenas, mas a tramitação está parada.

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO



Quinta-feira 6 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46314

estadão.com.br

EM 4 MESES, COVID MATA 10 MIL PESSOAS NA CIDADE DE SP

Número supera o de países como **Argentina** e **Alemanha**; embora a doença tenha atingido primeiro os bairros centrais da capital, **periferia** apresenta os mais altos índices de óbitos



● **Aparecido Alves Gouveia, 74 anos.** Tinha diabetes, cardiopatia e asma, alguns dos principais fatores de risco



● **Josefa Florentino Tavares, 76.** Paulistanos com 70 anos ou mais representam 55,8% dos óbitos



● **Adipe Miguel Júnior, 69.** Homens representam 56,7% do total de mortes registradas



● **Érika Regina dos Santos, 39.** Era do Grajaú, 6º distrito em mortes. Bairros afastados sofrem mais



● **Manoel Odínir Rigobelli, 81.** Brancos são 60,9% dos mortos. Risco relativo é maior entre negros

A cidade de São Paulo chegou ontem à marca de 10 mil mortes por covid-19. As 10.055 vítimas da doença representam 41,7% do total de óbitos no Estado. O número é maior do que o total de mortos em nações como Chile, Argentina, Alemanha e África do Sul – se fosse um país, a cidade ocuparia o 12º lugar na classificação mundial. O primeiro óbito causado pelo novo coronavírus no Brasil foi confirmado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 17 de março. Era um homem de 62 anos que morava na capital paulista e havia morrido no dia anterior. Levantamento feito pelo Estadão no TabNet, ferramenta da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo que permite acesso a dados de população e dos sistemas de informações do SUS, porém, mostra que a primeira morte pelo novo coronavírus na capital ocorreu em 12 de março. A análise de 9.752 registros de mortes confirmadas por declarações de óbitos mostra que 55,8% delas são de pessoas com 70 anos ou mais. Quase 19% tinham entre 40 e 59 anos e 21,4%, entre 60 e 69 anos. O perfil é semelhante à conjuntura nacional. A maioria das pessoas que morreram de covid-19 é de homens (56,7%). Os números indicam a

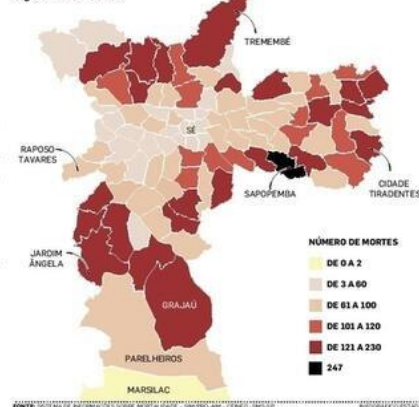
Governo garante que vai comprar 'primeira vacina'

● O secretário nacional de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correa de Medeiros, afirmou que o governo pretende comprar "a primeira vacina que chegar ao mercado", sem importar a origem. Ele disse que o Ministério da Saúde já fez reuniões sobre vacina em teste na Rússia. **PÁG. A22**

66 Qual é a lógica de fechar parques e as pessoas estarem trabalhando em metrô e ônibus fechado? PAULO OLZON INFECTOLOGISTA DA UNIFESP

prevalência de mortes entre brancos, mas com risco relativo maior para negros. Do mesmo modo, embora a doença tenha atingido primeiro os bairros centrais e mais nobres da cidade, a epidemia se espalhou pelas regiões periféricas, onde hoje se concentram os números mais altos de óbitos. **METRÓPOLE / PÁGS. A18 e A19**

● Bairros afastados do centro registram mais óbitos



Estado de SP libera bares e restaurantes até 22h **PÁG. A20**

Contato prévio com vírus pode reduzir sintomas **PÁG. A21**

Volta à aula sem controlar doença é pior, diz OMS **PÁG. A21**

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	97.418
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.322
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.033
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.862.761
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	54.685
TOTAL DE RECUPERAÇÕES*	2.020.637

*NÚMERO DE MINISTÉRIO DA SAÚDE

Copom reduz Selic para 2% ao ano, menor nível da história

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária do BC reduziu a taxa básica de juros da economia de 2,25% para 2%, o piso da série histórica, iniciada em 1996. Com isso, o rendimento da poupança, a aplicação mais popular do País, passa a ser de 1,40% ao ano, sem contar a inflação. **ECONOMIA / PÁGS. B1, B3 e B4**

STF determina amparo a índios e Bolsa Família **POLÍTICA / PÁG. A4**

NA QUARENTENA

O CLÁSSICO TRAÇO DE J. CARLOS

Mostra online exhibe 84 trabalhos do grande cronista visual. **PÁG. H6**

MEDO COMO POLÍTICA

Escritor Antonio Scuarati fala da trilogia sobre Mussolini. **PÁG. H1**



Explosão atingiu quase metade de Beirute; mortes são ao menos 135

No dia seguinte à explosão que devastou quase metade de Beirute, as equipes de resgate reviraram escombros em busca de vítimas. O número oficial era de 135 mortos, mas havia dezenas de desaparecidos e cerca de 5 mil feridos. A quantidade de desabrigados chega a 300 mil. **INTERNACIONAL / PÁGS. A14 e A16**

Corinthians e Palmeiras empatam no 1º jogo final **ESPORTES / PÁG. A23**

NOTAS & INFORMAÇÕES

As pressões fiscais sobre a educação

Com a pandemia, o impacto fiscal sobre a educação é duplo: o processo de adaptação aumenta os custos e a queda na arrecadação diminui investimentos. **PÁG. A3**

Crescimento e agenda social

Crise global despertou questões sobre a globalização. **PÁG. A3**

Tempo em SP 11ª MEX. 25ª MEX.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.363

QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

Selic cai a 2% ao ano, e país consolida juro real negativo

O Copom, do Banco Central, decidiu cortar ontem a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, a 2% ao ano. Com isso, o Brasil se consolidou entre as economias com maior taxa de juros real negativa.

Trata-se da nona redução seguida na Selic, que renova as mínimas históricas desde 2017. Mercado A14

Chamar imposto digital de CPMF é maldade ou ignorância
Paulo Guedes, ministro da Economia, sobre novo tributo Mercado A16



Carreata na av. Paulista, ontem

Eduardo Knapik/Folhapress

Ilustrada B8

Cortejo fúnebre em marcha a ré ocupa a Paulista em protesto pelas vítimas da Covid-19

Saúde B2

Liderança do Alto Xingu, cacique Aritana morre de coronavírus aos 71

Turismo B12

Projeto que tramita na Câmara pretende reduzir o número de feriados prolongados

Não dá para estender auxílio ainda mais, afirma Bolsonaro

Presidente e ministro Paulo Guedes veem limites em prorrogar benefício, mas repasse pode ir até dezembro

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmaram ontem que há limites para prorrogar o auxílio emergencial de R\$ 600. O benefício foi criado para socorrer principalmente os trabalhadores informais.

Previsto inicialmente para três meses (de abril a junho), foi prorrogado por mais dois, até agosto.

"Não dá para continuar muito porque, por mês, custa R\$ 50 bilhões. A economia tem que funcionar. E alguns governadores teimam ainda em manter tudo fechado", disse o presidente.

Segundo Guedes, "o Brasil não aguenta muito tempo". A proposta original do ministro era conceder um valor de R\$ 200, mas depois o Congresso pressionou por uma quantia de R\$ 500 a ser destinada também a beneficiários da Bolsa Família.

Explosão em Beirute deixa mais de 300 mil sem casa

A megaexplosão que atingiu o porto de Beirute na terça (4), com ao menos 135 mortos, deixou mais de 300 mil pessoas desabrigadas. Metade da capital do Líbano foi atingida, segundo o governo local. Os responsáveis pelo armazenamento e segurança do terminal ficaram em prisão domiciliar. Mundo A10



Um dia após a explosão, área do porto de Beirute completamente devastada; metade das construções da capital libanesa sofreu algum dano APF

Doria anuncia que restaurante poderá funcionar até 22h

Restaurantes e bares poderão ficar abertos até 22h em São Paulo, afirmou ontem o governador João Doria (PSDB). A medida, que vigora a partir de hoje, vale para regiões que estejam em fase amarela, como é o caso da capital. Saúde B1

Presidente se afasta, por ora, de sucessão de Maia Movimento de Jair Bolsonaro, após a saída do DEM e do MDB do bloco, irritou aliados do centrão. O presidente atuava discretamente por seu líder. AS

Bolsonaristas buscam nome à Prefeitura de SP Seguidores do presidente na cidade rejeitam os nomes postos até aqui e tentam lançar candidato na reta final, mas já admitem chance de voto útil. A9

Sem visita, presos fazem videochamadas de cinco minutos em São Paulo AS

Negros são 80% dos presos em flagrante no Rio, diz Defensoria AS

PMs paulistas são suspeitos de forjar prisão de inocente na TV

A Corregedoria apura um caso em que uma vítima de estupro teria sido orientada a depor falsamente contra um morador de rua. A prisão foi veiculada pela TV Record. A emissora diz ter divulgado informações oficiais. Cotidiano B7

Flávio Bolsonaro admite que Queiroz pagava despesas

Poder A6

ENTREVISTA
Andrea Matarazzo
Prefeito deve se dar com presidente

Pré-candidato do PSD à Prefeitura de São Paulo ataca Bruno Covas e acena ao voto bolsonarista de 2018 ao dizer que não busca campanha com "mimimi ideológico". Poder A8

Maria H. Tavares
Só um murmúrio pela Lava Jato

A operação Lava Jato morre agora não como explosão, mas como murmúrio —sem ninguém a verter uma fútil lágrima. Mas a retórica anticorrupção continuará um recurso da luta política. Opinião A2

EDITORIAIS A2

Caso em aberto Sobre declarações do senador Flávio Bolsonaro.

Feira extremista Acerca de manifestações da ultradireita em Berlim.



A executiva Andréa Paiva; home office e cuidados com os filhos sobrecarregam Karina Xavier/Folhapress

SP quer terceirizar administração de 12 CEUs em obras

A Prefeitura de São Paulo quer conceder à administração da infraestrutura de 12 Centros Educacionais Unificados cujas obras devem acabar em setembro. As aulas ficariam a cargo do município. Cotidiano B7

Mulher acumula tarefas com nova rotina, diz pesquisa

Levantamento do Datafolha mostra que 57% das mulheres em home office disseram ter acumulado a maioria dos cuidados com a casa —entre os homens, 21%. Para 59% delas, há preocupação com a vida profissional. Mercado A17

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 197.389.337
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

ISSN 1611-8725
9 771414 572056 3 3343

Pandemia no Brasil

Brasil Total Ontem* Variação** Estágio
Casos 2,9 mil 43,9 mil 17,7%
Óbitos 97,4 mil 1.033 +1,8% Estável

Dados das 20h de 5 ago. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

Total
1º SP 24,1 mil
2º RJ 13,9 mil
3º CE 7,9 mil

Situação nos municípios

■ Acelerado
■ Estável
Campinas (SP) São Paulo (SP)
São Bernardo do Campo (SP) Salvador (BA)
Duque de Caxias (RJ) Brasília (DF)
Belo Horizonte (MG) Guarulhos (SP)



Acesso grátis para o assinante
Baixe agora o aplicativo
do GLOBO, eleito o melhor da
América Latina, apontando a
câmera para o código ao lado



Soneto da separação: Espaço
da bossa nova em Ipanema busca
parcerias para não desaparecer **PÁGINA 16**

O GLOBO



Írineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.776 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00



Devastação. Imagem aérea mostra estrago causado por explosão no porto de Beirute que arrasou edificações, veículos e um grande silo. No dia seguinte ao acidente, equipes de resgate trabalhavam no local

GUGA CHACRA
LUTO APÓS
EXPLOSÃO
BEIRUTE,
ENTRE A
MAGIA E A
TRAGÉDIA

Ponte entre
o Oriente e o
Ocidente, a
cosmopolita
capital libanesa,
que vive uma
tragédia após
explosão matar
ao menos 135
pessoas, sempre
soube dar a volta
por cima. **PÁGINA 23**

TERRA ARRASADA
Governo busca
desaparecidos
e os culpados
PÁGINA 22

'RACHADINHA' NA ALERJ

Investigação do MP enfraquece alegações de Flávio Bolsonaro

Senador não fez saques nos meses anteriores
aos pagamentos de contas por Queiroz

As justificativas dadas pelo senador Flávio Bolsonaro para suas movimentações financeiras consideradas suspeitas se chocam com as alegações do Ministério Público do Rio, apresentadas no inquérito que investiga a prática da "rachadinha" em seu gabinete na Alerj. Segundo o MP, o ex-assessor Fabrício

Queiroz pode ter efetuado pagamentos de até R\$ 286,6 mil de Flávio e sua mulher, Fernanda Antunes. Apesar de o senador ter dito em entrevista ao GLOBO que entregava dinheiro ao ex-assessor para que este quitasse algumas contas, o casal não fez qualquer saque nos meses anteriores aos pagamentos. **PÁGINA 4**

Defesa cita rivais regionais para pedir mais recursos

Proposta do Ministério da Defesa amplia dos R\$ 6,7 bilhões deste ano para R\$ 9,2 bilhões em 2021 o orçamento para investimentos nas Forças Armadas. Documentos internos citam a "rivalidade entre Estados" na esfera regional como razão para ampliar gastos militares. **PÁGINA 8**

Guedes diz que novo imposto não aumentará carga

Em audiência na comissão mista do Congresso que analisa a reforma tributária, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que "nem o presidente da Câmara nem o da República" podem impedir o debate sobre o tributo que ele quer criar, nos moldes da CPMF, e negou aumento da carga tributária. **PÁGINAS 17 e 18**

Entreouvido no brejal



— Agora que ele já passou a boiada,
podem se despedir do tio Ricardo!

Governo consulta TCU para liberar R\$ 10 bi a obras

Uma saída técnica para atender às pressões dentro do governo por mais gastos públicos está sendo preparada pelo Planalto. O Tribunal de Contas da União será consultado sobre uma folga orçamentária no combate à Covid, que pode resultar na liberação de R\$ 10 bilhões para investimentos em obras. **PÁGINA 20**

EDITORIAL

IMPETO GASTADOR DO BOLSONARISMO
CRESCER E PREOCUPAÇÃO **PÁGINA 2**

BERNARDO MELLO FRANCO

O Zero Um nem se esforçou para
tentar explicar o inexplicável **PÁGINA 5**

MERVAL PEREIRA

Nas mãos do STF, o embate Moro,
Lula e Bolsonaro em 2022 **PÁGINA 2**

MÍRIAM LEITÃO

Guedes nada explicou sobre o
novo imposto ao Congresso **PÁGINA 18**

STF protege índios, mas Salles defende garimpo

Plenário da Corte manteve liminar do ministro Luís Roberto Barroso determinando instalação de barreiras sanitárias para proteger indígenas da Covid-19. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reuniu-se no Pará com garimpeiros e afirmou que os índios querem explorar mineração em suas próprias reservas. **PÁGINA 6**

OBITUÁRIO/CACIQUE ARITANA

Líder indígena que virou tema de
novela, aos 71, vítima de Covid **PÁGINA 6**



Incentivo à retomada. Estudante é aplaudido ao sair de escola particular em Madureira que reiniciou as aulas

Prefeitura convoca servidores e ensaia recomendar as aulas

Diretores e funcionários voltam às escolas na segunda-feira, em preparação para retorno de professores e alunos, ainda sem prazo. **PÁGINA 13**

Réveillon do Rio com minuto de silêncio e show de luzes pela TV

Na virada, prefeitura propõe homenagem às vítimas da Covid e transmissão de espetáculo de efeitos visuais, sem queima de fogos. **PÁGINA 12**

CONTAGIADOS
2.862.761
MORTOS
97.418
FONTE: CORONÓLOGO DE VEÍCULOS DE MANHÃ

www.correio braziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.893 • 44 PÁGINAS • R\$ 2,50

Saques do FGTS serão mantidos pela Caixa



Presidente da Caixa, Pedro Guimarães diz ao CB.Poder que os pagamentos vão continuar, apesar de a MP que permitia a retirada ter perdido a validade. "É importante dizer que se trata do dinheiro do cidadão", destacou. O trabalhador pode sacar até R\$ 1.045 de cada conta que tiver do fundo de garantia.

PÁGINA 12

Juro de 2% ao ano, o menor da história

Recessão causada pela pandemia leva o Banco Central a cortar a taxa Selic pela nova vez seguida. Ociosidade da economia pode fazer a inflação ficar abaixo da meta de 4%. PÁGINA 14

Servidores perto da aposentadoria

Só neste ano, mais de 20 mil funcionários públicos poderão engrossar a folha de inativos, mostra boletim que o governo divulga nesta quinta-feira. PÁGINA 12



Médico é o 1º a testar vacina da covid no DF

"Realizado por poder contribuir com a ciência"

Gabriel Ravazzi, 31 anos, atua contra o coronavírus na UTI do Hospital Universitário de Brasília

Cinco profissionais da área de saúde que estão na linha de frente do combate ao coronavírus foram os primeiros no Distrito Federal a receber doses da vacina desenvolvida pela farmacêutica Sinovac Biotech, da China. "Participei de uma experiência única", disse Gabriel Ravazzi (foto), o primeiro a ser vacinado. O imunizante, aplicado pelo Hospital Universitário de Brasília, está sendo testado no Brasil sob coordenação do Instituto Butantan, de São Paulo. No total, 850 voluntários participaram dessa terceira fase do ensaio. Os resultados, até aqui, são considerados promissores. Na segunda etapa, houve produção de anticorpos em 90% dos participantes.

PÁGINA 11, 21 E 23

40 escolas confirmam aulas nos próximos dias

Líder indígena do Xingu, Aritana não resiste ao vírus



Por uma TV "fora da caixa"

Bruno Fonseca fez as malas e veio direto de Manaus para a capital federal. Com estilo irreverente, Bruno, como é chamado, trabalhou com o fenômeno Sibera Jr. e agora vai assumir o comando do DF Alerta, da TV Brasília.

PÁGINA 24



Líbano entre luto e emergência

Após as violentas explosões que transformaram o porto e o centro de Beirute em cenário de guerra, governo decreta estado de urgência por duas semanas e ordena prisão domiciliar de responsáveis pelo armazenamento de 2.750 toneladas de nitrato de amônio. PÁGINA 18

Guedes nega "nova CPMF", mas Congresso já disse não

Ministro da Economia afirma, em audiência, que é "maldade ou ignorância" comparar imposto que será proposto à extinta contribuição. Parlamentares avisam que não aceitarão aumento da carga tributária. PÁGINA 6

Advogado morreu afogado, diz laudo

Carlos Eduardo Marano foi sepultado, ontem. Ele caiu de uma lancha, no Lago Paranoá. IML indica que corpo tem sinais típicos de afogamento, mas investigação continua. PÁGINA 22

VEM AÍ OITAVA MARAVILHA DO MUNDO

TIGGO 8

VEJA NAS PÁGINAS 2 E 3

NO INÍCIO, O8 RESISTE À VIDA.

CADA CHERY REALIDADE, TECNOLOGIA E CRIÇÃO



CLASSIFICADOS: 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 - assinante.df@daabr.com.br - GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .